

Artaud, que permanece fiel ao seu ponto de partida. Demasiado fiel, em definitivo: Artaud fala aos Tarahumara, não os escuta, e não encontra, sequer no peyote, nada que não estivesse previamente acondicionado na sua bagagem. Eis aí o paradoxo que Clifford não anota: o surrealismo etnográfico é tudo menos surrealismo; quando é surrealismo deixa de ser etnográfico.

Em síntese, *Soñando con los Dogon* sugere, através do exame de uma experiência já velha, um olhar pouco complacente sobre essa espécie de fórum altermundialista da crítica recente, onde discurso nativo, antropologia visual, escrita poética, trabalho trans-multi-interdisciplinar se unem contra a figura imperial (mas comparativamente discreta) do etnólogo que escreve desde a porta da sua tenda. Afinal, todas essas expressões alternativas já se encontravam presentes nas gestas da antropologia colonial sem, com isso, torná-la menos colonial. A etnografia nunca poderá ser muito mais que texto, nem o etnógrafo poderá encontrar-se com o outro a sós, sem fantasmas em volta.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). 2004. *Cuidar, controlar, curar – ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 568 pp.

Ana Teresa A. Venancio

Pesquisadora visitante da Casa de Oswaldo Cruz (CNPq/Fiocruz).

Cuidar, Controlar, Curar resulta de um empreendimento iniciado em 2000 por pesquisadores latino-americanos e americanistas em torno da perspectiva histórica sobre saúde, doença e sociedade. Alguns dos textos são produtos de pesquisas mais antigas que dificilmente de outro modo acessaríamos com tanta

propriedade para uma abordagem comparada. Encontramos também versões revisadas e ampliadas de trabalhos já publicados, alguns deles em circulação nos meios acadêmicos há algum tempo – como é o caso do artigo de referência de Nancy Stepan sobre eugenia no Brasil, agora finalmente traduzido. Os autores, com distintas formações em ciências sociais, discorrem sobre doenças específicas, saberes científicos e leigos e os diferentes atores sociais envolvidos nos processos de saúde/doença, tanto no contexto brasileiro, como em outros países latino-americanos no período de fins do século XIX até meados do século XX. Por intermédio desses vetores temáticos retratam as direções teórico-metodológicas de estudos históricos sobre saúde, até recentemente pouco desenvolvidos na esfera intelectual latino-americana afeita à história social e cultural.

Conforme a introdução do livro, os artigos reunidos são exemplares de uma nova abordagem da história da medicina ao inseri-la no âmbito mais geral da história das ciências e ao ampliar a compreensão de seu caráter “científico” – duvidando de seu progresso inexorável descrito através de biografias de personagens ilustres e de suas descobertas maravilhosas. Afasta-se também das análises mais tradicionais da saúde pública que, apropriadas pelo campo profissional, são instrumentalmente úteis à proposição de ações estratégicas, tendo-se em vista a razão prática que deve informar as políticas nessa área. Além disso, muitos dos textos são influenciados ou gerados pela perspectiva antropológica, por enveredarem pelas faces sociais e culturais da doença e destacarem seus usos metafóricos e dimensões não-biomédicas. De um modo geral, os artigos acabam por refletir, de diferentes prismas, o debate interno à antropologia, mas que também serve a seu diálogo com a história: a

tensão entre estabilidade e mudança, entre continuidade e descontinuidade sociocultural e as possibilidades de articulação entre o particular e o universal.

Os seis trabalhos sobre o contexto brasileiro tratam da produção do conhecimento biomédico e de sua institucionalização, centrado no caso da febre amarela e no aparecimento da microbiologia em fins do século XIX até os anos 1930 (Jaime Benchimol); das disputas entre práticas populares (curandeiros, benzedores e feiticeiros) e medicina diplomada também em fins do século XIX e início do século XX (Beatriz Weber); da relação entre saúde, construção do Estado e ideologias nacionalistas no mesmo período (Luiz Antonio Castro Santos); do caráter particular que a eugenia, enquanto ciência e programa de aprimoramento racial, assumiu no contexto brasileiro dos anos 1910 até a década de 40 (Nancy Stepan); do debate das ciências médicas e literárias em torno da sífilis no período entre guerras, sua relação com o imaginário sobre raça e sexualidade para a construção de uma identidade nacional (Sergio Carrara); e dos resultados institucionais e políticos do sanitarismo, as interpretações sobre o Brasil daí decorrentes e suas influências na sociologia acadêmica a partir da década de 1930 (Nísia Trindade e Gilberto Hochman).

Os oito trabalhos sobre experiências caribenhas e latino-americanas diversas da brasileira centram-se no México, Colômbia, Porto Rico, Costa Rica, Peru, Argentina, Bolívia e Haiti. Versam sobre a organização da medicina e a profissionalização dos médicos no campo das profissões sanitárias dos anos 1820 até a segunda década do século XX, no contexto mexicano (Ana Maria Carrilho); a luta contra o consumo de bebidas alcoólicas populares, como prática de modernização e higienização, na Colômbia, a partir dos anos 1880 até a primeira metade do século

XX (Carlos Noguera); o debate sobre a anemia e sua relação com a miscigenação racial, em Porto Rico, enquanto tema estratégico na negociação de poder entre "colonizados" e "colonizadores" (Benigno Trigo); as políticas nacionais de saúde e educação, na Costa Rica, em face da opilação e da atuação da Fundação Rockefeller na saúde rural nos anos 1910 e 1920 sobre o assunto (Steven Palmer); as campanhas sanitárias peruanas contra o tifo e a varíola empreendidas nas comunidades, estruturadas em conhecimentos e práticas indígenas nos anos 1930 (Marcos Cueto); a reivindicação dos enfermos por assistência médica para a cura da tuberculose, na Argentina, entre 1920 e 1940 (Diego Armus); a relação entre os problemas políticos e sociais e as instituições e práticas psiquiátricas de 1930 a 1950, na Bolívia (Ann Zulawski); e as transformações das representações sociais em torno da Aids, em comunidade rural do Haiti, a partir dos anos 1980 (Paul Farmer).

A leitura dessa coletânea anima o ponto de vista antropológico pelas possibilidades comparativas internas aos textos ou que apontam explícita ou implicitamente conexões entre os mesmos. Merece destaque em primeiro lugar o modo como doenças diferenciadas vistas da perspectiva médica – a opilação, a doença mental, o alcoolismo, a sífilis, o tifo e a varíola – têm servido historicamente como vetores significantes para se pensarem as construções nacionais, permeadas em grande parte pela questão racial, tendo-se em vista a modernização, educação e higienização das populações. Não é à toa, portanto, que o tema da higiene perpassa vários dos artigos, tema este identificado como conjunto de conhecimentos e práticas especializados/eruditos, quase sempre incentivados pelo Estado, e que vêm se auto-representando como capazes de fazerem a transposição do estado de natureza e suas doenças para a civilização

das nações que se pretende produzir.

O artigo de Sergio Carrara sobre o tema da sífilis no período entre guerras é um desses trabalhos sobre a constituição de um projeto de nação em que a ciência médica é chamada a opinar. É central nesse contexto o embate em torno do papel de diferentes nações na origem e propagação do mal sífilítico, assim como da inexorabilidade da natureza climática, racial, e principalmente sexual, contraposta ao otimismo civilizatório pela educação. A perspectiva analítica do autor é exemplar de trabalhos de antropólogos brasileiros que têm investido no entendimento da construção dos campos científicos relacionados à medicina, seus objetos de conhecimento e intervenção, ressaltando-se aí a especificidade da sociedade ocidental moderna de que esses campos são ao mesmo tempo produto e produtores. Para esses estudos, a história aparece como elemento forte, instituidora da própria sociedade que se quer investigar do ponto de vista antropológico.

Em segundo lugar, destacam-se as possibilidades comparativas sobre o modo como os conhecimentos médicos foram historicamente institucionalizados. Por um lado, o trabalho de Jaime Benchimol discute com a historiografia médica brasileira, propondo análise diferenciada sobre a legitimação das proposições empírico-conceituais relativas à clínica e à epidemiologia. Demonstra que os quase 50 anos que separam a Escola Tropicalista Baiana e a Escola de Manguinhos não são marcados nem por uma descontinuidade radical nem por consagrações institucionais silenciosamente contínuas: o que se observa nesse período é um processo de disputas acirradas engendrado por novos atores sociais e novos objetos patológicos. Ainda com relação a processos de legitimação do saber médico, Ana Maria Carrilho discorre sobre as variadas formas pelas

quais o campo médico mexicano busca apoio no Estado, consolida-se e também se diferencia internamente, seja com a criação da Academia Nacional de Medicina, seja pela constituição de diversas sociedades formadas, em geral, por médicos de poucos recursos econômicos e residentes na capital.

De outro lado, o estudo de Marcos Cueto trata da articulação de métodos ocidentais de saúde pública com práticas terapêuticas indígenas e abordagens holísticas nas ações de um departamento de higiene na região andina do sul do Peru. Segundo demonstra o autor, as estreitas relações entre o conhecimento biomédico e as políticas públicas não devem ser consideradas as únicas vias para o entendimento da institucionalização da medicina e do sucesso das campanhas de saúde, principalmente aquelas voltadas para as doenças infecciosas e as epidemias. Nesse sentido, os conhecimentos científicos das doenças e seus efeitos aparecem como resultantes do diálogo com as populações locais – os enfermos, as comunidades rurais ou as populações indígenas.

O paradigma interpretativo mais óbvio das “descontinuidades culturais” entre percepções distintas dos processos de saúde e doença é ultrapassado por muitos dos artigos dessa coletânea. As análises apresentadas demonstram as variadas interpretações que diferentes grupos sociais podem atribuir a um mesmo evento, e que é do debate (ainda que conflituoso) entre essas interpretações que resulta o próprio evento. Assim, como destaca Diego Armus, é por intermédio de uma significativa reivindicação dos tuberculosos em prol do uso de novas terapêuticas “científicas” que estas são impelidas a receberem a sanção do campo biomédico e dos programas públicos de saúde na Argentina entre as décadas de 1920 e 1940. Para além da centralidade do saber médico científico e das

políticas de saúde, o autor verifica que a face moderna das sociedades periféricas também foi agenciada por "outros" atores sociais igualmente importantes.

O trabalho de Paul Farmer é mais um exemplo da perspectiva comparativa. Na análise do discurso dos doentes e de seu entorno social, busca apreender os sentidos das experiências e das vivências da Aids no Haiti para então correlacioná-los à questão da afirmação de um Estado nacional periférico diante da centralidade dos Estados Unidos. O autor demonstra através de um estudo em uma comunidade rural, realizado em três períodos diferenciados a partir da década de 1980, as ricas possibilidades de junção da história oral e da etnografia. Propõe, assim, uma comparação entre diferentes histórias de vida e entre as formas diversas como a história nativa sobre a Aids é produzida nesses três momentos, entrecruzando-as com as políticas públicas e sua "recepção" pela população rural e urbana, mediada pelos meios de comunicação.

Farmer nos faz pensar sobre a importância da história ao reunir na sua análise a comparação morfológica e temporal. Demonstra como tais modos comparativos são de fato entrelaçados, pois para compreendermos as configurações de nossas próprias sociedades temos que nos perguntar sobre os fatores históricos que favoreceram sua existência. Não é por acaso que o autor conclui que "a disseminação do HIV através de fronteiras nacionais ocorreu durante nossas vidas, mas as condições que favoreceram a rápida propagação internacional de uma doença predominantemente transmitida sexualmente foram há muito estabelecidas, o que aumenta ainda mais a necessidade de historicizar qualquer entendimento dessa pandemia" (Farmer 2004:562).

Em uma leitura interessada, portanto, os textos dessa coletânea ultrapassam

em muito as clássicas dicotomias que têm contraposto os objetos da antropologia e da história – sociedades diacrônicas/sociedades sincrônicas; sociedades sem escrita/sociedades letradas; estrutura/evento – e nos convidam a colocar as duas disciplinas em diálogo para que se colham frutos. Em conjunto, elas são "boas para pensar" no estatuto que vem sendo concedido a essa área geográfica e cultural denominada América Latina e nas representações sobre a mesma como *locus* periférico – ainda que em desenvolvimento – em relação às sociedades européias e norte-americana. Trata-se aqui da discussão do lugar do "eu" em face de um "outro", seja na comparação entre diferentes nações, seja na qualificação por contraste de grupos sociais nacionais diferenciados por gênero, condição econômica e raça, por exemplo.

Esses estudos a respeito da conformação histórica de Estados nacionais nessa região, através do olhar que avalia as configurações de valores sobre saúde e doença cunhadas por seus próprios integrantes – as iniciativas governamentais, os doentes, as populações rurais e urbanas, as ciências médicas, as ciências sociais, a imprensa, e também as agências estrangeiras – servem à compreensão dos variados e complexos processos que têm informado tanto as auto-imagens locais, quanto uma possível totalidade identificável como "latino-americana".

Oakdale, Suzanne. 2005. *I foresee my life: the ritual performance of autobiography in an Amazonian community*. Lincoln: The University of Nebraska Press. 206 pp.

Elizabeth Travassos

UNIRIO

I foresee my life é um estudo etnográfico de *performances* rituais dos índios Kaya-bi. A partir da análise de relatos de cunho